

A COLHEITA DA CASTANHA-DO-BRASIL NO MUNICÍPIO DE AMATURÁ, AMAZONAS: UMA ANÁLISE DO ESPAÇO E PODER

Tainah Bruna Teixeira de Sousa¹



<http://lattes.cnpq.br/2282107142519509>

Sebastião Rocha de Sousa²



<https://lattes.cnpq.br/2319536054035747>

Resumo

Este artigo analisa a colheita da castanha-do-Brasil no município de Amaturá, Amazonas, destacando as complexas interações entre espaço, poder e recursos naturais na Amazônia. A castanha-do-Brasil é um recurso fundamental para as comunidades locais, servindo como fonte de renda e elemento central de suas identidades culturais. No entanto, a atividade enfrenta desafios significativos, como a pressão de atividades econômicas concorrentes (agropecuária e exploração madeireira), a falta de regulamentação adequada e relações de poder assimétricas que limitam a autonomia dos coletores. A pesquisa, baseada em abordagens qualitativas e análise de dados primários e secundários, revela que o acesso aos castanhais é frequentemente mediado por acordos informais e hierarquias sociais, enquanto intermediários e grandes empresas exercem controle sobre a comercialização, perpetuando desigualdades. Além disso, a expansão de atividades predatórias ameaça a sustentabilidade dos castanhais e o modo de vida das comunidades tradicionais. Por outro lado, o estudo identifica iniciativas promissoras, como programas de certificação e comércio justo, que buscam valorizar o trabalho dos coletores e promover práticas sustentáveis. O fortalecimento de cooperativas e a integração de conhecimentos tradicionais com inovações tecnológicas são caminhos essenciais para garantir a sustentabilidade da atividade. O artigo conclui que, para assegurar um futuro justo e equilibrado, é crucial implementar políticas públicas que fortaleçam os direitos dos coletores, incentivem o manejo sustentável e promovam mercados inclusivos. A integração de abordagens participativas e o fortalecimento de redes de cooperação são estratégias fundamentais para conciliar conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico. Ao contribuir para o debate sobre o desenvolvimento sustentável na Amazônia, o artigo destaca a importância de valorizar os recursos naturais e os saberes tradicionais, reforçando a necessidade de ações coletivas e políticas públicas que apoiem as comunidades locais e preservem a biodiversidade amazônica.

Palavras-Chave: Castanha-do-Brasil; Sustentabilidade; Poder e Mercado; Comunidades Tradicionais

¹ Mestra em Gestão de área protegida – INPA, Graduada em Engenharia Florestal – UEA. Pesquisadora saneamento indígena na FIOCRUZ/SESAI/DSEI ARS. E-mail: tainah.sousa@sauda.gov.br

²Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia – UFAM, Mestre em Educação e Religião – EST, Graduado em Pedagogia – ULBRA, membro do grupo de pesquisa Educação e Diversidade Amazônica/CESTB. Coordenador do curso de licenciatura Intercultural no CESTB. Professor efetivo da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: srsouza@uea.edu.br

Abstract

This article analyzes the harvesting of Brazil nuts in the municipality of Amaturá, Amazonas, highlighting the complex interactions between space, power, and natural resources in the Amazon. Brazil nuts are a fundamental resource for local communities, serving as a source of income and a central element of their cultural identities. However, the activity faces significant challenges, such as pressure from competing economic activities (agriculture and logging), the lack of adequate regulation, and asymmetric power relations that limit the autonomy of collectors. The research, based on qualitative approaches and analysis of primary and secondary data, reveals that access to Brazil nut groves is often mediated by informal agreements and social hierarchies, while intermediaries and large companies exert control over commercialization, perpetuating inequalities. In addition, the expansion of predatory activities threatens the sustainability of Brazil nut groves and the way of life of traditional communities. On the other hand, the study identifies promising initiatives, such as certification and fair trade programs, that seek to value the work of collectors and promote sustainable practices. Strengthening cooperatives and integrating traditional knowledge with technological innovations are essential ways to ensure the sustainability of the activity. The article concludes that, in order to ensure a fair and balanced future, it is crucial to implement public policies that strengthen the rights of collectors, encourage sustainable management, and promote inclusive markets. Integrating participatory approaches and strengthening cooperation networks are fundamental strategies to reconcile environmental conservation and socioeconomic development. By contributing to the debate on sustainable development in the Amazon, the article highlights the importance of valuing natural resources and traditional knowledge, reinforcing the need for collective actions and public policies that support local communities and preserve Amazonian biodiversity.

Keywords: Brazil Nut; Sustainability; Power and Market; Traditional Communities

Introdução

A castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*), também conhecida como castanha-do-Pará, é um dos produtos extrativistas mais emblemáticos da Amazônia, representando não apenas uma importante fonte de renda para as comunidades tradicionais, mas também um símbolo da riqueza biológica e cultural da região. Nativa das florestas tropicais, essa espécie é encontrada em áreas de terra firme, onde forma extensos castanhais que são manejados há séculos por populações indígenas e extrativistas. A colheita da castanha-do-Brasil é uma atividade que combina conhecimentos tradicionais, práticas sustentáveis e uma profunda conexão com o ambiente natural, sendo um exemplo notável de como o uso dos recursos florestais pode coexistir com a conservação da biodiversidade.

No município de Amaturá, localizado no estado do Amazonas, a castanha-do-Brasil assume um papel central na economia local. A região, inserida no bioma amazônico, possui vastas áreas de floresta onde os castanhais se destacam como uma das principais fontes de subsistência para as famílias que dependem do extrativismo. A colheita da castanha é uma atividade que envolve toda a comunidade, desde a coleta dos ouriços caídos no chão da floresta até o processamento e a comercialização das amêndoas. Essa cadeia produtiva, no entanto, não está isenta de desafios. A atividade extrativista em Amaturá é marcada por complexas dinâmicas de poder, que se refletem na organização do

espaço, no acesso aos recursos naturais e na distribuição dos benefícios econômicos gerados pela castanha.

Além disso, a colheita da castanha-do-Brasil no município de Amaturá ocorre em um contexto de pressões ambientais e socioeconômicas crescentes. A expansão de atividades como a agropecuária, a exploração madeireira e os grandes projetos de infraestrutura têm gerado impactos significativos sobre os castanhais, ameaçando a sustentabilidade da atividade extrativista. Paralelamente, as relações desiguais de poder entre coletores, intermediários e grandes empresas frequentemente resultam em situações de exploração e marginalização das comunidades locais. Esses fatores destacam a necessidade de uma análise aprofundada das dinâmicas territoriais e das relações de poder que permeiam a cadeia produtiva da castanha-do-Brasil na região.

Este artigo busca analisar as relações de poder e a organização espacial envolvidas na colheita da castanha-do-Brasil no município de Amaturá, com o objetivo de compreender como essas dinâmicas influenciam a sustentabilidade da atividade e o bem-estar das comunidades locais. A pesquisa parte do pressuposto de que a gestão dos recursos naturais na Amazônia não pode ser dissociada das questões sociais, políticas e econômicas que moldam o acesso e o uso desses recursos. Nesse sentido, o estudo propõe uma abordagem interdisciplinar, integrando perspectivas da Ecologia Política, da Geografia Crítica e da Economia Ecológica para analisar as interações entre espaço, poder e recursos naturais.

Além de contribuir para o debate acadêmico sobre o desenvolvimento sustentável na Amazônia, este artigo busca oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas que promovam a valorização da castanha-do-Brasil como um produto estratégico para a conservação da floresta e a melhoria das condições de vida das populações tradicionais. Ao destacar os desafios e as oportunidades associados à colheita da castanha em Amaturá, espera-se fomentar reflexões sobre como fortalecer a autonomia das comunidades locais, garantir o acesso equitativo aos recursos naturais e promover práticas de manejo que assegurem a perpetuidade dos castanhais e dos modos de vida a eles associados.

Através dessa abordagem, busca-se oferecer uma visão abrangente e detalhada das dinâmicas que envolvem a colheita da castanha-do-Brasil no município de Amaturá, destacando sua relevância para o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

Metodologia

A pesquisa sobre a colheita da castanha-do-Brasil no município de Amaturá, Amazonas, foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, que permitiu uma análise aprofundada das dinâmicas sociais, econômicas e espaciais envolvidas na atividade extrativista. A escolha por uma metodologia qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender as complexas relações de poder, as práticas culturais e as percepções dos atores locais, aspectos que não podem ser capturados apenas por meio de dados quantitativos. Além disso, a pesquisa buscou integrar diferentes fontes de informação, combinando dados primários e secundários, para construir uma visão abrangente e multidimensional do fenômeno estudado.

A coleta de dados primários foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, que permitiram uma abordagem flexível e adaptável às particularidades de cada entrevistado. Foram entrevistados três grupos principais:

Coletores de Castanha: Membros das comunidades locais que atuam diretamente na coleta da castanha-do-Brasil. As entrevistas com esses indivíduos buscaram compreender suas práticas cotidianas, os desafios enfrentados no acesso aos castanhais, as relações com intermediários e as percepções sobre a sustentabilidade da atividade.

Lideranças Comunitárias: Representantes de associações e cooperativas locais, que desempenham um papel central na organização da cadeia produtiva e na mediação de conflitos. Essas entrevistas focaram nas estratégias de gestão dos recursos, nas parcerias com organizações externas e nas demandas das comunidades.

Representantes de Organizações Locais: Incluindo agentes de órgãos públicos, ONGs e entidades de apoio ao extrativismo. Esses atores forneceram a capacidade de entender verdades escondidas sobre políticas públicas, projetos de desenvolvimento e iniciativas de certificação e comércio justo.

As entrevistas foram realizadas in loco, durante visitas às comunidades de Amaturá, e seguiram um roteiro pré-definido, mas aberto a adaptações conforme o fluxo da conversa e a logística de acesso. Todas as entrevistas foram gravadas (com consentimento dos participantes) e posteriormente transcritas para análise.

Além dos dados primários, a pesquisa utilizou uma ampla gama de fontes secundárias, incluindo:

Dados Socioeconômicos: Informações sobre a população de Amaturá, como renda média, níveis de educação e indicadores de desenvolvimento humano, obtidos a partir de bases de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e de relatórios governamentais.

Dados Geográficos: Mapas e imagens de satélite da região, fornecidos por órgãos como o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que permitiram mapear a distribuição espacial dos castanhais e identificar áreas de conflito ou pressão ambiental.

Documentos e Relatórios: Incluindo estudos acadêmicos, relatórios de organizações não governamentais e documentos de políticas públicas relacionados ao extrativismo na Amazônia.

Para análise dos dados foi realizada em duas etapas principais, utilizando técnicas complementares como análise de conteúdo a partir das transcrições das entrevistas as quais foram submetidas a uma análise de conteúdo temática, que buscou identificar padrões, categorias e narrativas recorrentes. Essa abordagem permitiu compreender as percepções dos atores locais sobre temas como acesso aos recursos, relações de poder, sustentabilidade e desafios socioeconômicos. Para que o resultado fosse satisfatório foi necessária uma leitura de geoprocessamento, onde os dados geográficos foram processados e analisados utilizando técnicas de geoprocessamento, com o auxílio de softwares como QGIS e ArcGIS. Essa etapa permitiu mapear a distribuição espacial dos castanhais, identificar áreas de coleta e sobreposição com outras atividades

econômicas (como agropecuária e exploração madeireira), e visualizar as dinâmicas territoriais que influenciam a atividade extrativista.

Junto a isso se fez a integração dos dados qualitativos e geográficos que foi fundamental para construir uma visão abrangente das dinâmicas envolvidas na colheita da castanha-do-Brasil em Amaturá. A combinação de técnicas permitiu não apenas identificar padrões espaciais, mas também contextualizá-los dentro das relações sociais e de poder que moldam o acesso e o uso dos recursos naturais. Por exemplo, a análise espacial revelou áreas de conflito onde a expansão da agropecuária ameaça os castanhais, enquanto as entrevistas destacaram as estratégias das comunidades para resistir a essas pressões.

Assim a pesquisa seguiu rigorosos princípios éticos, garantindo o consentimento informado de todos os participantes e a confidencialidade das informações coletadas. Além disso, buscou-se estabelecer um diálogo respeitoso e colaborativo com as comunidades, reconhecendo seu papel central como protagonistas do estudo.

Em síntese, a metodologia adotada permitiu uma análise detalhada e contextualizada da colheita da castanha-do-Brasil em Amaturá, integrando perspectivas sociais, econômicas e espaciais. Essa abordagem multidisciplinar foi essencial para compreender as complexas dinâmicas que permeiam a atividade extrativista e para propor caminhos que promovam a sustentabilidade e a justiça social na região.

Referencial Teórico

O estudo sobre a colheita da castanha-do-Brasil em Amaturá, Amazonas, foi embasado em um conjunto de teorias e conceitos que permitem analisar as complexas interações entre espaço, poder e recursos naturais. A pesquisa dialoga principalmente com três campos teóricos interdisciplinares: a Ecologia Política, a Geografia Crítica e a Economia Ecológica. Essas abordagens fornecem ferramentas conceituais para compreender como as relações de poder influenciam a organização do espaço, o acesso aos recursos naturais e a sustentabilidade das práticas extrativistas.

De início se fez uma abordagem a partir da Ecologia Política, como campo de estudo, emerge da interseção entre a ecologia e as ciências sociais, buscando entender como as dinâmicas políticas, econômicas e sociais moldam o uso e a gestão dos recursos naturais. Autores como Arturo Escobar e Nancy Peluso são centrais nessa abordagem. Escobar (2008), onde argumenta que os conflitos ambientais são, em essência, conflitos sobre o controle e a distribuição dos recursos naturais, refletindo desigualdades de poder e interesses divergentes. No contexto de Amaturá, essa perspectiva ajuda a elucidar como os castanhais são disputados por diferentes atores, desde comunidades tradicionais até grandes empresas e agentes externos. Nesse contexto, Nancy Peluso (1992), destaca como a exploração de recursos florestais é frequentemente marcada por relações de poder assimétricas, onde comunidades locais são marginalizadas em favor de interesses econômicos dominantes. Essa análise é particularmente relevante para compreender as dinâmicas de acesso e controle dos castanhais em Amaturá, onde os coletores frequentemente enfrentam dificuldades para garantir seus direitos sobre os recursos.

Diante disso se faz uma análise recorrente se como a Geografia Crítica, representada por autores como David Harvey e Henri Lefebvre, oferece uma lente poderosa para analisar a produção do espaço e suas implicações sociais e políticas. Harvey *City* (1973), argumenta que o espaço não é apenas um palco neutro onde as relações sociais ocorrem, mas sim um produto dessas relações, moldado por processos de acumulação de capital e disputas de poder. Essa perspectiva é fundamental para entender como os castanhais de Amaturá são organizados e apropriados, refletindo as desigualdades socioeconômicas e as hierarquias de poder na região.

Assim também, Henri Lefebvre (1974), aborda que a produção do espaço, introduz o conceito de "espaço social", enfatizando que o espaço é produzido através de práticas cotidianas, relações de poder e processos históricos. Essa abordagem permite analisar como as comunidades de Amaturá produzem e reproduzem seu espaço de vida através da colheita da castanha, ao mesmo tempo em que enfrentam pressões externas que reconfiguram seu território.

Dito isto, se faz necessário que se tenha uma economia ecológica que garanta a sustentabilidade sem prejudicar os atores sociais nela existente. Para Joan Martinez-Alier e Herman Daly afirmam que a economia ecológica serve para analisar a sustentabilidade das atividades extrativistas e seus impactos socioambientais. Martinez-Alier, em *The* (2002), destaca como as comunidades tradicionais frequentemente desenvolvem práticas de uso dos recursos que são ambientalmente sustentáveis, mas que são ameaçadas por modelos de desenvolvimento baseados na exploração intensiva. Essa perspectiva é crucial para avaliar a colheita da castanha-do-Brasil em Amaturá, que combina conhecimentos tradicionais e práticas de manejo sustentável, mas enfrenta pressões de atividades econômicas predatórias.

Nesse contexto é importante destacar que Herman Daly, um dos fundadores da teoria da Economia Ecológica, que propõe o conceito de economia de estado estacionário, onde prioriza a sustentabilidade ecológica sobre o crescimento econômico infinito. Essa ideia é relevante para pensar alternativas de desenvolvimento para o futuro do município de Amaturá, onde a valorização da castanha-do-Brasil como produto sustentável pode contribuir para a conservação da floresta e a melhoria das condições de vida das comunidades locais.

Para alicerçar este trabalho, é indiscutível que a integração dessas abordagens teóricas permite uma análise multidimensional da colheita da castanha-do-Brasil no município de Amaturá. A Ecologia Política ajuda a identificar os conflitos e as relações de poder que permeiam o acesso aos castanhais. A Geografia Crítica oferece ferramentas para compreender como o espaço é produzido e disputado, enquanto a Economia Ecológica fornece critérios para avaliar a sustentabilidade da atividade extrativista e propor alternativas de desenvolvimento.

Essas abordagens teóricas são essenciais para abordar questões como as relações de poder influenciam o acesso e o controle dos castanhais, e de que maneira a organização do espaço reflete as desigualdades socioeconômicas. Considerando também, os impactos socioambientais da colheita da castanha e como promover práticas mais sustentáveis. Ao dialogar com esses autores e conceitos, o estudo busca contribuir para o debate sobre o desenvolvimento sustentável na Amazônia, destacando a importância de políticas públicas e

práticas comunitárias que valorizem os recursos naturais e os saberes tradicionais.

Análise dos Resultados

A pesquisa sobre a colheita da castanha-do-Brasil no município de Amaturá, Amazonas, revelou uma série de dinâmicas complexas que envolvem relações de poder, organização espacial e desafios socioambientais. Esses resultados foram obtidos a partir da integração de dados qualitativos e geográficos, permitindo uma compreensão abrangente das interações entre os atores locais, o ambiente natural e as pressões externas. Diante disso, detalhamos os principais achados da pesquisa, organizados em três eixos temáticos: relações de poder e acesso aos recursos, pressões ambientais e socioeconômicas, e iniciativas de sustentabilidade e valorização da castanha.

Relações de poder e acesso aos recursos: A colheita da castanha-do-Brasil no Amaturá é marcada por uma intrincada rede de relações de poder, que envolve múltiplos atores, desde os coletores locais, intermediários e grandes empresas. Os coletores, que são os principais responsáveis pela coleta e processamento inicial das castanhas, frequentemente enfrentam dificuldades para acessar as áreas de castanhais. Isso ocorre porque o acesso a esses recursos é mediado por acordos informais e hierarquias sociais, que refletem desigualdades históricas e econômicas.

Em algumas comunidades, os castanhais são controlados por famílias ou indivíduos que detêm direitos de uso tradicionais, mas que podem cobrar taxas ou exigir contrapartidas dos demais coletores. Em outros casos, intermediários — figuras que atuam como elo entre os coletores e o mercado — exercem um papel central na cadeia produtiva, determinando preços e condições de comercialização. Esses intermediários frequentemente acumulam poder econômico e influência política, o que lhes permite controlar o fluxo de castanhas e, em alguns casos, explorar os coletores.

Além disso, grandes empresas, sediadas fora da região, também exercem influência sobre a cadeia produtiva, especialmente no que diz respeito à comercialização e exportação das castanhas. Essas empresas frequentemente impõem condições desfavoráveis aos coletores, como preços baixos e exigências de qualidade que dificultam o acesso ao mercado. Essa concentração de poder nas mãos de poucos atores limita a autonomia dos coletores e perpetua ciclos de pobreza e dependência.

Pressões ambientais e socioeconômicas: A pesquisa também identificou que a colheita da castanha-do-Brasil no município de Amaturá ocorre em um contexto de crescentes pressões ambientais e socioeconômicas. A expansão de atividades como a exploração madeireira tem gerado impactos significativos sobre os castanhais, ameaçando a sustentabilidade da atividade extrativista.

O avanço da fronteira agrícola, impulsionado pela demanda por terras para cultivo e pastagem, tem levado ao desmatamento de áreas de floresta onde os castanhais estão localizados. Em algumas regiões, as castanheiras são derrubados para dar lugar a plantações ou criação de animais ruminantes, resultando na perda irreparável de recursos naturais essenciais para as comunidades locais. Além disso, a exploração madeireira ilegal também tem

impactado os castanhais, com a retirada seletiva de árvores que são importantes para a regeneração da floresta.

Essas pressões ambientais são agravadas por fatores socioeconômicos, como a falta de políticas públicas eficazes para proteger os castanhais e apoiar os coletores. Muitas comunidades enfrentam dificuldades para regularizar suas terras, o que as deixa vulneráveis a invasões e grilagens. Além disso, a falta de infraestrutura e de acesso a mercados justos limita a capacidade dos coletores de obterem um preço adequado por suas castanhas, perpetuando ciclos de pobreza e marginalização.

Iniciativas de sustentabilidade e valorização da castanha: Apesar dos desafios, a pesquisa também identificou iniciativas promissoras que buscam promover a sustentabilidade da colheita da castanha-do-Brasil e valorizar o trabalho dos coletores. Entre essas iniciativas, destacam-se os programas de certificação e comércio justo, que têm ganhado espaço na região.

A certificação de produtos florestais, como a castanha-do-Brasil, é uma estratégia que busca garantir práticas de manejo sustentável e melhorar as condições de vida das comunidades extrativistas. Ao aderir a esses programas, os coletores podem acessar mercados que valorizam produtos ambientalmente responsáveis e socialmente justos, obtendo preços mais altos e condições de comercialização mais favoráveis. Em Amaturá, algumas comunidades já estão envolvidas em projetos de certificação, que incluem capacitação em boas práticas de coleta, processamento e comercialização, além de apoio para a organização coletiva. Outra iniciativa importante é o fortalecimento de cooperativas e associações de coletores, que permitem a organização coletiva e a negociação direta com compradores, reduzindo a dependência de intermediários. Essas organizações também têm um papel crucial na defesa dos direitos das comunidades e na promoção de políticas públicas que apoiam o extrativismo sustentável.

Os resultados revelam que a colheita da castanha-do-Brasil no município de Amaturá é uma atividade marcada por contradições e desafios, mas também por oportunidades de transformação. As relações de poder assimétricas e as pressões ambientais representam obstáculos significativos para a sustentabilidade da atividade e o bem-estar das comunidades locais. No entanto, as iniciativas de certificação, comércio justo e organização coletiva apontam caminhos promissores para a valorização da castanha-do-Brasil como um produto estratégico para a conservação da floresta e o desenvolvimento sustentável da região.

Esses achados destacam a necessidade de políticas públicas e ações coletivas que fortaleçam os direitos dos coletores, promovam práticas de manejo sustentável e garantam o acesso equitativo aos recursos naturais. Ao integrar conhecimentos tradicionais, inovações tecnológicas e abordagens participativas, é possível construir um futuro mais justo e sustentável para a castanha-do-Brasil em Amaturá e para as comunidades que dependem dela.

Considerações finais

A colheita da castanha-do-Brasil no município de Amaturá, Amazonas, é uma atividade que sintetiza as complexas interações entre espaço, poder e recursos naturais na Amazônia. Como prática tradicional, ela não apenas

sustenta economicamente inúmeras famílias, mas também preserva saberes ancestrais e fortalece a identidade cultural das comunidades locais. No entanto, essa atividade está inserida em um contexto de desafios estruturais, que exigem atenção e ações coordenadas para garantir sua sustentabilidade e justiça social.

Um dos principais desafios identificados é a pressão exercida por atividades econômicas concorrentes, como a agropecuária e a exploração madeireira. Essas atividades, frequentemente associadas a modelos de desenvolvimento predatórios, têm levado ao desmatamento e à degradação dos castanhais, ameaçando a base de recursos naturais que sustenta a colheita da castanha. Além disso, a falta de regulamentação adequada e de políticas públicas eficazes para proteger os castanhais e apoiar os coletores agrava a vulnerabilidade das comunidades locais.

As relações de poder assimétricas também representam um obstáculo significativo. A concentração de poder nas mãos de intermediários e grandes empresas limita a autonomia dos coletores, que frequentemente enfrentam condições desfavoráveis de comercialização e preços injustos. Essas dinâmicas perpetuam ciclos de pobreza e dependência, dificultando o desenvolvimento sustentável da região.

Para superar esses desafios, é essencial adotar uma abordagem multifacetada que integre políticas públicas, práticas comunitárias e iniciativas de mercado. Em primeiro lugar, é fundamental fortalecer os direitos dos coletores, garantindo o acesso seguro e equitativo aos castanhais. Isso pode ser alcançado por meio da regularização fundiária, da criação de unidades de conservação de uso sustentável e da implementação de mecanismos de gestão participativa.

Além disso, é necessário promover práticas de manejo sustentável que valorizem o conhecimento tradicional e integrem inovações tecnológicas. Programas de capacitação e assistência técnica podem ajudar os coletores a adotar práticas que aumentem a produtividade e a qualidade da castanha, ao mesmo tempo em que preservam os ecossistemas florestais.

A valorização da castanha-do-Brasil como produto sustentável também depende da criação de mercados justos e inclusivos. Iniciativas de certificação e comércio justo, como as já em curso em algumas comunidades de Amaturá, são exemplos promissores de como é possível conciliar conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico. Essas iniciativas não apenas garantem preços mais altos para os coletores, mas também promovem a transparência e a equidade na cadeia produtiva.

O fortalecimento de redes de cooperação entre comunidades, organizações não governamentais, instituições de pesquisa e governos é outro elemento crucial para o sucesso das iniciativas de sustentabilidade. Essas redes podem facilitar o compartilhamento de conhecimentos, a mobilização de recursos e a articulação de políticas públicas que atendam às necessidades das comunidades locais. Além disso, a participação ativa dos coletores nos processos de tomada de decisão é essencial para garantir que as soluções propostas sejam culturalmente apropriadas e socialmente justas.

Neste sentido, acredita-se que a colheita da castanha-do-Brasil no município de Amaturá é uma atividade que reflete tanto os desafios quanto as oportunidades do desenvolvimento sustentável na Amazônia. Embora enfrente pressões ambientais e socioeconômicas significativas, ela também representa

A COLHEITA DA CASTANHA-DO-BRASIL NO MUNICÍPIO DE AMATURÁ, AMAZONAS: UMA ANÁLISE DO ESPAÇO E PODER

um modelo de uso dos recursos naturais que pode conciliar conservação e geração de renda.

Para garantir um futuro mais justo e equilibrado, é essencial adotar políticas públicas que fortaleçam os direitos dos coletores, incentivem práticas de manejo sustentável e valorizem o conhecimento tradicional. A integração de abordagens participativas, o fortalecimento de redes de cooperação e a criação de mercados justos são estratégias fundamentais para alcançar esse objetivo.

Ao investir na sustentabilidade da colheita da castanha-do-Brasil, não apenas se preserva um recurso natural valioso, mas também se promove o bem-estar das comunidades locais e se contribui para a conservação da biodiversidade amazônica. Essa é uma tarefa complexa, mas essencial, que exige o compromisso de todos os atores envolvidos, desde os coletores até os formuladores de políticas públicas e os consumidores finais.

A castanha-do-Brasil, portanto, não é apenas um produto extrativista; é um símbolo da resistência e da resiliência das comunidades tradicionais da Amazônia, e uma oportunidade única para construir um modelo de desenvolvimento que respeite os limites ecológicos e promova a justiça social. Em Amaturá, essa visão já começa a tomar forma, e seu sucesso pode servir de inspiração para outras regiões da Amazônia.

Referências

- ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. Brasília: UnB, 2006.
- DALY, H. E. *Beyond Growth: The Economics of Sustainable Development*. Boston: Beacon Press, 1996.
- ESCOBAR, A. *Territories of Difference: Place, Movements, Life, Redes*. Durham: Duke University Press, 2008.
- HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Paris: Anthropos, 1974.
- NOGUEIRA, V. R. *Castanha-do-Brasil: sustentabilidade e cadeias produtivas na Amazônia*. Manaus: Editora da UFAM, 2015.
- PELUSO, N. L. *Rich Forests, Poor People: Resource Control and Resistance in Java*. Berkeley: University of California Press, 1992.

*Recebido em: 20/02/2025
Aprovado em: 21/04/2025
Publicado em: 02/05/2025*

